UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

FRANCIELLY RABELO ALVES

DO JESUS HISTÓRICO AO CRISTO PANTOCRATOR: A TRANSFORMAÇÃO ICONOGRÁFICA DE JESUS E A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM CRISTÃ NO IMPÉRIO BIZANTINO DURANTE O SÉCULO VI D.C

SÃO CRISTÓVÃO – SE

NOVEMBRO DE 2026

FRANCIELLY RABELO ALVES

DO JESUS HISTÓRICO AO CRISTO PANTOCRATOR: A TRANSFORMAÇÃO ICONOGRÁFICA DE JESUS E A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM CRISTÃ NO IMPÉRIO BIZANTINO DURANTE O SÉCULO VI D.C

Artigo Científico entregue ao Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para a conclusão do curso em Licenciatura Plena em História.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Maza.

SÃO CRISTÓVÃO – SE

NOVEMBRO DE 2026

DO JESUS HISTÓRICO AO CRISTO PANTOCRATOR: A TRANSFORMAÇÃO ICONOGRÁFICA DE JESUS E A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM CRISTÃ NO IMPÉRIO BIZANTINO DURANTE O SÉCULO VI D.C

Francielly Rabelo Alves[1]

RESUMO: A figura de Jesus de Nazaré constitui um dos principais objetos de investigação da historiografia contemporânea, especialmente, a partir dos estudos voltados ao chamado Jesus Histórico. Entretanto, embora essas pesquisas tenham contribuído significativamente para a reconstrução histórica de sua trajetória, ainda são reduzidas as investigações que utilizam a iconografia cristã como fonte para compreender as transformações da imagem de Cristo ao longo da História. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar o processo de transformação iconográfica de Jesus, desde sua condição histórica de judeu palestino do século I até a consolidação da imagem do Cristo Pantocrator no contexto do Império Bizantino, durante o governo de Justiniano I (483-565 d.C).
Palavras-chave: Jesus Histórico. Cristo Pantocrator. Iconografia Cristã. Império Bizantino. História da Arte.

ABSTRACT: The figure of Jesus of Nazareth is a primary subject of inquiry in contemporary historiography, particularly within studies focused on the so-called "Historical Jesus." However, while such research has contributed significantly to the historical reconstruction of his life, there remains a dearth of studies that utilize Christian iconography as a source for understanding the evolution of the image of Christ throughout history. In this light, this article aims to analyze the process of the iconographic transformation of Jesus—from his historical reality as a first-century Palestinian Jew to the consolidation of the image of Christ Pantocrator within the context of the Byzantine Empire during the reign of Justinian I (483–565 AD).
Keywords: Historical Jesus. Christ Pantocrator. Christian Iconography. Byzantine Empire. Art History.

[1] Discente do curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

1. INTRODUÇÃO

A figura de Jesus de Nazaré permanece como um dos temas mais investigados da historiografia contemporânea. Desde o século XVIII, sucessivas pesquisas buscaram distinguir o Jesus da História do Cristo da fé, inaugurando um amplo campo de investigação conhecido como estudos do Jesus Histórico. Esse movimento possibilitou que historiadores, arqueólogos, antropólogos e estudiosos das religiões revisitassem criticamente as fontes cristãs e não cristãs, procurando compreender Jesus em seu contexto social, político, religioso e cultural como um judeu da Palestina do século I. Entretanto, embora essas pesquisas tenham produzido importantes avanços na compreensão de sua trajetória histórica, pouco se discutiu sobre a transformação estética de sua imagem ao longo dos séculos e sobre o que essas mudanças revelam acerca das sociedades que o representaram.

Os Evangelhos canônicos, principais fontes para o estudo da vida de Jesus, praticamente silenciam sobre sua aparência física. Diferentemente de outras figuras da Antiguidade, não há descrições detalhadas de seus traços, altura, cor da pele ou cabelos. Essa ausência de informações fez com que, desde os primeiros séculos do cristianismo, diferentes comunidades elaborassem representações visuais baseadas menos em critérios históricos e mais nas necessidades religiosas, culturais e políticas de cada contexto. Como resultado, a imagem de Cristo passou por sucessivas transformações, acompanhando as mudanças experimentadas pelo próprio cristianismo ao longo de sua expansão.

Nas primeiras manifestações artísticas cristãs, sobretudo entre os séculos II e III, Jesus foi representado por meio de símbolos ou inspirado em modelos da cultura greco-romana, como o Bom Pastor, o filósofo e o jovem imberbe. Posteriormente, com a oficialização do cristianismo e sua aproximação do poder imperial, essas representações assumiram novas características. Durante o governo de Justiniano I (527–565), consolidou-se uma das imagens mais influentes da história da arte cristã: o Cristo Pantocrator. Nessa representação, Cristo deixa de ser retratado como um simples mestre ou pastor para assumir a imagem do soberano universal, revestido da majestade, da autoridade e da solenidade próprias da cultura política bizantina.

Essa transformação não ocorreu de forma isolada. Ela acompanhou profundas mudanças políticas iniciadas com a ascensão de Constantino ao poder, a fundação de Constantinopla como Nova Roma, a crescente aproximação entre Igreja e Estado e a construção de uma teologia imperial que compreendia o imperador como representante de Deus na Terra. Nesse contexto, a arte cristã tornou-se um importante instrumento de afirmação religiosa e política, apropriando-se de elementos da tradição

greco-romana para elaborar uma linguagem visual capaz de expressar a autoridade de Cristo e, simultaneamente, legitimar a ordem imperial.

Dessa maneira, a presente pesquisa parte do seguinte problema: como a imagem de um judeu palestino do século I foi transformada na representação majestática do Cristo Pantocrator durante o Império Bizantino e quais fatores históricos explicam essa transformação iconográfica? Mais do que identificar alterações estéticas, busca-se compreender os processos históricos responsáveis por essas mudanças e as relações existentes entre arte, poder, religião e cultura na construção da imagem cristã. Embora existam importantes pesquisas dedicadas ao Jesus Histórico e estudos consolidados acerca da iconografia cristã e da arte bizantina, observa-se que esses campos raramente dialogam de forma sistemática.

Nesse sentido, este artigo propõe analisar a transformação iconográfica de Cristo como objeto de investigação histórica, compreendendo a arte não apenas como manifestação religiosa, mas também como documento capaz de revelar os valores políticos, culturais e religiosos das sociedades que a produziram.

Assim, busca-se aproximar os estudos do Jesus Histórico da História da Arte, demonstrando que a evolução estética da figura de Cristo constitui uma fonte relevante para compreender os processos de universalização e ressignificação de sua imagem. Para alcançar esse objetivo, a pesquisa fundamenta-se em revisão bibliográfica de caráter qualitativo, utilizando contribuições dos estudos do Jesus Histórico, da História da Arte, da História do Cristianismo e da historiografia sobre o Império Bizantino. Dialoga-se, entre outros autores, com André Leonardo Chevitarese e Daniel Brasil Justi (2017), Fabrício Veliq (2019), João Balduino de Brito Neto (2022), Carlos Humberto Pimentel Duarte da Fonseca (2020), Stephanie Sousa (2020), Hilário Franco Júnior e Saverio Licari (2014). Também são utilizadas as fontes bíblicas, especialmente os Evangelhos e textos veterotestamentários, como documentos para compreender a ausência de uma descrição física de Jesus e os significados atribuídos à sua imagem pela tradição cristã.

Inicialmente, apresenta-se o debate historiográfico acerca do Jesus Histórico e a ausência de descrições físicas nas fontes cristãs primitivas. Em seguida, analisa-se o contexto político e religioso da ascensão de Constantino, a formação do Império Bizantino e a consolidação da relação entre Igreja e Estado. Na terceira parte, examina-se a construção iconográfica do Cristo Pantocrator, destacando suas relações com a estética greco-romana, com a representação do poder imperial e com a teologia bizantina. Por fim, discutem-se os significados históricos dessa transformação, demonstrando que a

iconografia cristã constitui uma importante fonte para compreender as diferentes formas pelas quais cada sociedade reinterpretou e ressignificou a figura de Jesus ao longo da História.

2. O CAMPO DO JESUS HISTÓRICO

Embora a historiografia contemporânea tenha avançado significativamente na compreensão das transformações discursivas relacionadas à figura de Jesus de Nazaré, ainda persiste uma importante lacuna investigativa no que se refere à transformação de sua imagem física ao longo da história. Nesse sentido, este artigo parte da hipótese de que, da mesma forma que a mensagem de Jesus foi reinterpretada e universalizada para atender às demandas culturais e políticas do mundo greco-romano, sua representação imagética também sofreu profundas reformulações estéticas, alinhando-se aos padrões visuais e ideológicos das sociedades dominantes.

Para compreender a construção da imagem do Cristo Pantocrator[2], torna-se necessário analisar o campo historiográfico no qual esta pesquisa está inserida: a investigação sobre o chamado "Jesus histórico". Tal percurso é fundamental para compreender como a historiografia contemporânea passou a interpretar Jesus não mais como uma figura exclusivamente teológica, mas como um personagem histórico inserido nas tensões políticas, sociais e religiosas da Palestina do século I.

A pesquisa sobre o Jesus histórico constitui-se como uma vertente científica dedicada à reconstrução da figura de Jesus de Nazaré por meio de métodos historiográficos e crítico-documentais, buscando distingui-la das formulações dogmáticas construídas pela tradição eclesiástica ao longo dos séculos (XAVIER, 2007, p. 317-318). Conforme observa Andrade (2014, p. 52), o desenvolvimento desse campo esteve diretamente relacionado à necessidade de distinguir "o Jesus da história" do "Cristo da fé", isto é, separar o personagem histórico da elaboração teológica posterior construída pelo cristianismo primitivo.

A constituição desse campo investigativo, contudo, não ocorreu de maneira linear. Ao longo de mais de dois séculos, a pesquisa sobre Jesus passou por sucessivas reformulações metodológicas, epistemológicas e teóricas, tradicionalmente divididas em três grandes etapas: a Primeira Busca (Old Quest), desenvolvida entre o final do século XVIII e o início do século XX; a Segunda Busca (New Quest), surgida após a Segunda Guerra Mundial; e a Terceira Busca (Third Quest), iniciada na década de 1980 e ainda em desenvolvimento.

[2] Pantocrator é um termo de origem grega que significa "governante de tudo" ou "todo-poderoso", utilizado na iconografia bizantina para representar Cristo como soberano universal.

O surgimento desse campo está diretamente ligado ao contexto intelectual, inclusive em questões religiosas e teológicas. Segundo Veliq (2019, p. 116-117), a modernidade iluminista rompeu com a leitura exclusivamente dogmática dos textos bíblicos, submetendo-os aos mesmos critérios críticos aplicados aos demais documentos históricos.

O marco inaugural dessa nova abordagem ocorreu entre 1774 e 1778, com a publicação póstuma dos Fragmentos de um Anônimo de Wolfenbüttel, de Hermann Samuel Reimarus. Publicados por Gotthold Ephraim Lessing, os fragmentos introduziram uma distinção radical entre a pregação de Jesus e a posterior formulação teológica realizada pelos apóstolos.

Conforme destaca *A Pesquisa do Jesus Histórico*: "O ponto de partida metodológico foi pioneiro: Reimarus distinguiu a pregação de Jesus da fé dos apóstolos em Cristo. A intuição histórica de que a pregação de Jesus pode ser entendida somente no contexto da religião judia de seu tempo corresponde a este ponto inicial" (LISBOA, 2001, p. 51).

Para Reimarus, Jesus deveria ser compreendido como um profeta judeu inserido nas expectativas messiânicas da Palestina romana. Sua mensagem estava centrada na proclamação iminente do Reino dos Céus e na restauração política de Israel. Assim, o fracasso da missão de Jesus teria levado os discípulos a reinterpretarem sua mensagem sob uma perspectiva espiritual e escatológica. Segundo Xavier (2007, p. 329), Reimarus foi o primeiro autor a propor que os apóstolos teriam "espiritualizado" um projeto originalmente político, deslocando o foco da libertação nacional judaica para a expectativa de um reino transcendente.

2.1. A PRIMEIRA BUSCA (OLD QUEST): O MITO E O IDEALISMO LIBERAL

Ao longo do século XIX, a chamada Primeira Busca aprofundou a aplicação do racionalismo histórico aos textos bíblicos. Nesse período, diversos pesquisadores passaram a reinterpretar os Evangelhos não mais como relatos divinamente inspirados, mas como produções históricas condicionadas por interesses religiosos específicos. Entre os principais nomes dessa fase destaca-se David Friedrich Strauss, autor de Vida de Jesus (1835). Influenciado pelo pensamento hegeliano, Strauss aplicou aos Evangelhos o conceito de mito, defendendo que os relatos miraculosos não deveriam ser entendidos nem como fatos históricos literais nem como fraudes deliberadas, mas como expressões simbólicas da fé das primeiras comunidades cristãs.

Como afirma a obra *A Pesquisa do Jesus Histórico*: "O achado principal de Strauss é ter aplicado aos Evangelhos o conceito de mito [...]. Ele considera a abordagem mítica à tradição de Jesus como uma síntese das interpretações inadequadas do sobrenaturalismo e do racionalismo" (LISBOA, 2001, p. 54). Nesse contexto, desenvolveu-se também a chamada Teologia Liberal, cujo principal objetivo consistia em recuperar o "núcleo puro" da mensagem cristã, removendo os elementos considerados sobrenaturais ou dogmáticos.

Segundo Andrade (2014, p. 56): "A princípio suas pretensões eram apenas recuperar o 'núcleo puro' do texto bíblico e especialmente dos evangelhos. Tal alvo foi alcançado, de certa forma, pelo movimento das 'Vidas de Jesus' e pelo liberalismo teológico". Autores como Adolf von Harnack procuraram reduzir o cristianismo a uma ética universal baseada na moralidade humana e na ideia de "paternidade de Deus", afastando-se das interpretações sobrenaturais tradicionais.

Entretanto, essa fase encontrou seu principal limite nas críticas formuladas por Albert Schweitzer. Em *A Busca do Jesus Histórico* (1906), Schweitzer argumentou que os estudiosos liberais não haviam reconstruído o Jesus histórico, mas projetado sobre ele os valores do liberalismo europeu do século XIX.

Nesse sentido, Andrade (2014, p. 56) observa que: "Jesus teria sido recriado à imagem daqueles que o buscavam reconstruir". A crítica de Schweitzer representou um importante ponto de inflexão no campo, ao demonstrar que toda reconstrução histórica de Jesus também estava condicionada pelas perspectivas ideológicas dos próprios pesquisadores.

2.2. O CETICISMO DE BULTMANN E A SEGUNDA BUSCA (NEW QUEST)

Após as críticas de Schweitzer, o campo da pesquisa sobre o Jesus histórico entrou em um período marcado pelo ceticismo metodológico, frequentemente denominado No Quest. A principal figura desse momento foi Rudolf Bultmann, cuja posição defendia a impossibilidade de acessar historicamente o Jesus real através dos Evangelhos. Segundo Andrade (2014, p. 57): "Quem foi Jesus não é possível dizer e não se deve querer saber. [...] O Jesus da história será eternamente incognoscível".

Para Bultmann, os Evangelhos eram produções das comunidades cristãs primitivas e refletiam prioritariamente interesses querigmáticos[3], e não históricos. Assim, o elemento central da fé cristã não residia na biografia de Jesus, mas na proclamação realizada pela Igreja. Entretanto, essa posição passou

[3] O termo "querigma" deriva do grego kerygma e refere-se à proclamação da mensagem cristã realizada pela Igreja primitiva.

a ser contestada a partir de 1953, quando Ernst Käsemann inaugurou a chamada Segunda Busca (New Quest). Diferentemente de Bultmann, Käsemann defendia que o cristianismo não poderia permanecer completamente desvinculado da historicidade de Jesus. Conforme aponta Andrade (2014, p. 61), os pesquisadores dessa nova etapa procuraram recuperar a centralidade histórica de Jesus, ainda que mantendo o rigor crítico desenvolvido anteriormente.

A Segunda Busca representou, portanto, uma tentativa de reaproximação entre História e Teologia, enfatizando que Jesus deveria ser compreendido dentro do judaísmo do Segundo Templo e das tensões religiosas da Palestina do século I.

2.3. A TERCEIRA BUSCA (*THIRD QUEST*) E A REINSERÇÃO DE JESUS NO CONTEXTO JUDAICO

A partir da década de 1980, desenvolveu-se uma nova etapa da pesquisa sobre o Jesus histórico, posteriormente denominada *Third Quest*. Diferentemente das fases anteriores, essa nova abordagem promoveu uma profunda reformulação metodológica ao reinserir Jesus em seu contexto histórico, social, político e cultural original. Assim, Jesus passou a ser interpretado não mais como uma figura abstrata e descontextualizada, mas como um judeu palestino plenamente inserido nas tensões produzidas pela ocupação romana do século I (ANDRADE, 2014, p. 62).

As origens da Terceira Busca não podem ser localizadas em um único momento específico, uma vez que diversos debates surgidos entre as décadas de 1960 e 1970 já antecipavam muitas das discussões que se consolidariam posteriormente (LISBOA, 2001, p. 61-62). Ainda assim, convencionou-se identificar a década de 1980 como marco de consolidação dessa nova perspectiva historiográfica.

Uma das principais características dessa fase foi o abandono das interpretações excessivamente teológicas que marcaram etapas anteriores da pesquisa. Em seu lugar, os estudiosos passaram a enfatizar o caráter interdisciplinar da investigação histórica sobre Jesus, incorporando contribuições da arqueologia, antropologia, sociologia e estudos culturais (ANDRADE, 2014, p. 62-63).

Nesse contexto, tornou-se cada vez mais evidente que uma análise exclusivamente espiritualizada da mensagem de Jesus produzia uma imagem distorcida de sua atuação histórica. Como observa Andrade, uma abordagem centrada apenas nos ensinamentos religiosos “o torna desencarnado e distorce sua real imagem” (ANDRADE, 2014, p. 62). Dessa forma, a Terceira Busca passou a compreender que os discursos atribuídos a Jesus não poderiam ser dissociados das tensões sociais, econômicas e políticas da Palestina romana.

Outro aspecto fundamental dessa nova etapa foi a preocupação em reinserir Jesus dentro do judaísmo do Segundo Templo. Diferentemente das interpretações anteriores, que frequentemente enfatizavam a ruptura entre judaísmo e cristianismo, os pesquisadores da *Third Quest* passaram a compreender Jesus como parte de um movimento de renovação interna do próprio judaísmo palestino (LISBOA, 2001, p. 62).

Além disso, a Terceira Busca ampliou significativamente o uso de fontes não canônicas, como o Evangelho de Tomé e outros textos apócrifos, demonstrando crescente interesse em compreender a diversidade do cristianismo primitivo para além dos limites impostos pelo cânon bíblico tradicional (LISBOA, 2001, p. 63).

Entre os principais representantes dessa nova perspectiva destaca-se John Dominic Crossan. Em *O Jesus Histórico: A Vida de um Camponês Judeu do Mediterrâneo*, publicado em 1991, Crossan reconstrói Jesus como um líder camponês ligado às populações marginalizadas da Galileia, cuja mensagem possuía profundas implicações sociais e políticas. Outro autor fundamental é Reza Aslan. Em *Zelota: A Vida e a Época de Jesus de Nazaré*, o autor enfatiza que Jesus deve ser compreendido como um judeu politicamente consciente, inserido em um território marcado pela violência imperial romana e pelos conflitos entre elites sacerdotais e camponeses pobres (ASLAN, 2013, p. 15).

Segundo Aslan, a imagem posteriormente construída pelo cristianismo imperial apagou parte significativa desse caráter político. Para o autor, os evangelhos foram progressivamente reelaborados após a destruição de Jerusalém em 70 d.C., suavizando os elementos ligados ao nacionalismo judaico para tornar a mensagem cristã mais aceitável às elites do Império Romano (ASLAN, 2013, p. 13-14).
Essa discussão torna-se particularmente importante para esta pesquisa porque evidencia que o processo de universalização do cristianismo não ocorreu apenas no plano teológico, mas também discursivo e cultural. O Jesus judeu da Palestina foi gradativamente transformado em uma figura universal, desvinculada das especificidades étnicas e políticas de sua origem histórica.

Nesse sentido, a obra de André Leonardo Chevitarese e Daniel Brasil Justi contribui significativamente para compreender como a imagem de Jesus pôde ser constantemente reinterpretada de acordo com interesses ideológicos específicos. No artigo *O Jesus Ariano: O imaginário e as concepções historiográficas do Jesus Histórico na Alemanha Nazista*, os autores demonstram como setores da teologia alemã vinculados ao nazismo buscaram construir deliberadamente um "Jesus ariano", rompendo simbolicamente qualquer vínculo entre Cristo e o judaísmo (CHEVITARESE; JUSTI, 2017, p. 188-205).

Os autores evidenciam que intelectuais ligados ao regime nazista passaram a reinterpretar Jesus como um opositor do povo judeu, transformando um homem historicamente judeu em símbolo de um cristianismo antissemita e nacionalista. Nesse processo, características étnicas e culturais associadas ao Oriente Médio foram progressivamente apagadas, substituídas por representações compatíveis com os ideais raciais defendidos pelo regime hitlerista (CHEVITARESE; JUSTI, 2017, p. 194-198). A análise desenvolvida por Chevitarese demonstra que a imagem de Cristo sempre esteve profundamente ligada às disputas de poder e aos projetos ideológicos de cada época. Dessa maneira, a universalização da figura de Jesus não pode ser compreendida apenas como fenômeno religioso, mas também como processo político e cultural.

É precisamente nesse ponto que se insere a problemática central deste artigo. Se a historiografia contemporânea conseguiu demonstrar como o discurso de Jesus foi progressivamente universalizado e desvinculado de seu contexto judaico original, torna-se igualmente necessário investigar como esse mesmo processo operou sobre sua representação estética.

Assim, parte-se da hipótese de que a transformação iconográfica de Jesus acompanhou o próprio desenvolvimento histórico do cristianismo imperial. A consolidação da imagem do Cristo Pantocrator no contexto bizantino representa, nesse sentido, um dos momentos mais significativos desse processo de universalização imagética, no qual o Jesus judeu da Palestina romana é progressivamente substituído por uma figura universalizada, associada ao poder imperial, à transcendência e à autoridade absoluta.

As fontes cristãs mais antigas, em especial os Evangelhos, não apresentam uma descrição detalhada da aparência física de Jesus. Essa ausência sugere que sua imagem não possuía relevância para as primeiras comunidades cristãs, cuja preocupação estava voltada para sua mensagem e sua identidade messiânica, e não para seus traços corporais. Ainda assim, alguns textos bíblicos permitem inferir que Jesus possuía características semelhantes às dos demais judeus da Palestina do século I.

Um dos episódios que reforçam essa interpretação encontra-se na narrativa da prisão de Jesus. Segundo o Evangelho de Mateus, Judas Iscariotes precisou estabelecer um sinal para que os soldados identificassem corretamente quem deveria ser preso: "Aquele a quem eu beijar é esse; prendam-no" (Mt 26,48). Em seguida, aproximou-se de Jesus, saudou-o e o beijou (Mt 26,49). A necessidade desse gesto indica que Jesus não se distinguia fisicamente dos demais homens presentes no grupo, possuindo uma aparência compatível com a população judaica da região.

Outra passagem frequentemente associada à compreensão cristã sobre a aparência de Jesus encontra-se em Isaías 53,2, onde se afirma: "Ele não tinha aparência nem formosura; olhamo-lo, mas nenhuma beleza havia que nos agradasse." Embora o texto pertença originalmente ao contexto veterotestamentário[4], a tradição cristã interpretou essa passagem como uma referência profética ao Messias. Nesse sentido, o versículo reforça a ideia de que Jesus não era reconhecido por atributos físicos extraordinários, mas por sua missão e por sua mensagem.

As evidências apresentadas pelas fontes bíblicas dialogam com os estudos historiográficos contemporâneos, que apontam para a provável aparência de Jesus como a de um homem judeu da Palestina do século I, inserido em seu contexto étnico e cultural. Entretanto, essa imagem contrasta significativamente com aquela que se consolidou na tradição artística cristã, sobretudo a partir da Antiguidade Tardia. A figura do judeu galileu foi gradativamente substituída por uma representação idealizada, marcada por padrões estéticos inspirados na cultura greco-romana e, posteriormente, pela iconografia imperial bizantina.

Essa transformação não ocorreu de maneira espontânea nem pode ser compreendida apenas como uma evolução artística. Ao contrário, ela esteve diretamente relacionada às profundas mudanças políticas, religiosas e culturais vividas pelo Império Romano entre os séculos IV e VI. A aproximação entre a Igreja e o Estado, iniciada durante o governo de Constantino e consolidada no período de Justiniano I, criou as condições para o desenvolvimento de uma nova linguagem visual destinada a expressar a autoridade universal de Cristo. É nesse contexto que se insere a formação da imagem do Cristo Pantocrator, cuja iconografia refletia não apenas princípios teológicos, mas também os valores políticos e culturais da sociedade bizantina.

2.4. A ASCENÇÃO DE CONSTANTINO E A CONSOLIDAÇÃO DO CRISTIANISMO IMPERIAL

A transformação da imagem de Jesus não ocorreu de forma imediata, tampouco pode ser compreendida apenas a partir das narrativas bíblicas ou das primeiras comunidades cristãs. Ela acompanhou as profundas mudanças políticas, culturais e religiosas vivenciadas pelo Império Romano entre os séculos IV e VI.

[4] Algo relativo ou pertencente ao Antigo Testamento da Bíblia.

Se, durante os primeiros séculos do cristianismo, Jesus era lembrado sobretudo como mestre, profeta e messias esperado pelo povo judeu, a partir da ascensão de Constantino e da consolidação do cristianismo como religião favorecida pelo Estado, sua representação passou a dialogar diretamente com a nova realidade imperial. Assim, compreender a formação do Império Bizantino torna-se fundamental para entender como o Cristo histórico foi gradativamente representado segundo os valores políticos e culturais daquela sociedade.

Durante os três primeiros séculos da Era Cristã, o cristianismo expandiu-se por diversas províncias do Império Romano, apesar dos constantes períodos de perseguição. A recusa dos cristãos em prestar culto ao imperador e às divindades tradicionais era frequentemente interpretada pelas autoridades romanas como uma ameaça à unidade política do Império, uma vez que a religião possuía papel essencial na legitimação do poder estatal (SOBRINHO, 2018). Ainda que essas perseguições não tenham ocorrido de maneira contínua, elas marcaram profundamente a organização das primeiras comunidades cristãs, que desenvolveram sua fé em um contexto de marginalização e resistência.

Esse cenário começou a modificar-se com a ascensão de Flávio Valério Constantino, posteriormente conhecido como Constantino, o Grande. Após derrotar Maxêncio na Batalha da Ponte Mílvia, em 312 d.C., Constantino consolidou sua posição como principal governante do Ocidente romano. No ano seguinte, promulgou, juntamente com Licínio, o Édito de Milão, garantindo liberdade de culto aos cristãos e encerrando oficialmente a política de perseguições sistemáticas promovidas pelo Estado romano (SOBRINHO, 2018). Embora o édito não tenha transformado o cristianismo na religião oficial do Império, representou um marco decisivo ao permitir que a Igreja deixasse a clandestinidade e passasse a atuar publicamente.

A aproximação entre Constantino e o cristianismo permanece objeto de intenso debate historiográfico. A tradição cristã, especialmente por meio dos relatos de Eusébio de Cesareia, associa sua conversão à visão de uma cruz luminosa antes da Batalha da Ponte Mílvia, acompanhada da inscrição In hoc signo vinces ("Com este sinal vencerás").

Entretanto, parte da historiografia contemporânea interpreta esse episódio também sob uma perspectiva política, considerando que a adoção do cristianismo favorecia a construção de um novo projeto de unidade imperial após décadas de guerras civis e instabilidade administrativa. Independentemente das motivações pessoais do imperador, é consenso que seu governo redefiniu profundamente a relação entre a Igreja e o Estado, estabelecendo as bases para a formação de um império progressivamente cristão (DRAKE, 2012).

Além da liberdade religiosa, Constantino promoveu importantes medidas em favor da Igreja, como o financiamento da construção de templos, a concessão de privilégios ao clero e a convocação do Concílio de Niceia, em 325 d.C., responsável por estabelecer importantes definições doutrinárias acerca da natureza de Cristo e da ortodoxia cristã. Essas iniciativas demonstram que o cristianismo deixava de ocupar uma posição periférica para tornar-se elemento central do projeto político imperial (SOBRINHO, 2018).

Entretanto, uma das realizações mais significativas de seu governo foi a fundação de Constantinopla, inaugurada oficialmente em 330 d.C. sobre a antiga cidade grega de Bizâncio. Concebida como uma Nova Roma, a cidade simbolizava simultaneamente a continuidade da tradição imperial romana e o nascimento de uma nova ordem política voltada para o Oriente. Conforme observa Carlos Humberto Pimentel Duarte da Fonseca:

> No tempo da fundação de Constantinopla, fizeram-se sentir fortes influências romanas na provinciana cidade helenística outrora chamada de Bizâncio, que se transformou rapidamente numa metrópole. No início, houve uma incontestável romanização, mas logo Constantinopla, planejada por Constantino Magno para ser uma Nova Roma, demonstrou ser diferente de sua precedente, processo muito favorecido pela simbiose do Estado e da Igreja. (FONSECA, 2020, p. 139).

Essa passagem evidencia que Constantinopla não foi concebida como uma ruptura com Roma, mas como sua continuidade histórica. A nova capital preservava as instituições imperiais romanas, ao mesmo tempo em que incorporava a tradição intelectual grega e a crescente influência do cristianismo. Segundo o próprio Fonseca (2020, p. 139), a civilização bizantina estruturou-se a partir da "constante interpenetração das recentes conquistas cristãs e do velho patrimônio cultural legado pela Antiguidade greco-romana", característica que marcou profundamente sua organização política, religiosa e artística.

Essa interação entre cristianismo e cultura clássica exerceu papel decisivo no desenvolvimento da arte cristã. Influenciado por suas origens judaicas, o cristianismo demonstrou inicialmente certa resistência ao uso de imagens religiosas. Contudo, à medida que se expandia pelo mundo greco-romano, passou gradualmente a incorporar práticas visuais já consolidadas naquela sociedade. Como observa Fonseca:

> O cristianismo, obviamente influenciado pelas suas raízes judaicas, parece ter inicialmente rejeitado ou tido sérias reservas em relação às imagens religiosas. Entretanto, a partir dos séculos II e III, a representação de personagens sagrados e/ou em contexto religioso cristão ficou estabelecida, em alguma medida por influência da cultura greco-romana dominante.(FONSECA, 2020, p. 158).

Essa mudança não significou apenas a aceitação das imagens como instrumentos religiosos. Ela representou também a assimilação de modelos estéticos provenientes da Antiguidade Clássica. Conforme destaca João Balduino de Brito Neto (2022, p. 30-34), as primeiras representações de Cristo inspiraram-se em figuras familiares ao imaginário greco-romano.

O Bom Pastor, amplamente difundido entre os séculos II e III, apresentava semelhanças com representações de Orfeu, Hermes e Apolo, enquanto, posteriormente, Jesus passou a ser retratado como um filósofo greco-romano ou utilizando vestimentas semelhantes às dos próprios imperadores. Essas escolhas revelam que a iconografia cristã procurava comunicar visualmente conceitos de sabedoria, autoridade e dignidade já reconhecidos pelo público da época.

Dessa forma, a consolidação do cristianismo imperial não apenas modificou a posição política da Igreja, como também transformou a maneira pela qual Cristo passou a ser representado. À medida que o cristianismo assumia um lugar central na organização do Império, sua linguagem artística incorporava elementos capazes de expressar visualmente essa nova condição. A imagem de Jesus deixava progressivamente de enfatizar apenas sua humanidade para refletir atributos associados ao poder, à majestade e à autoridade universal.

Foi nesse ambiente, marcado pela fusão entre tradição romana, cultura helenística e fé cristã, que se formaram as bases da civilização bizantina. Seria durante o governo de Justiniano I, no século VI, que essa relação entre religião, poder e arte alcançaria sua expressão mais elaborada, culminando na consolidação da imagem do Cristo Pantocrator, cuja análise constitui o próximo capítulo deste trabalho.

2.5. A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM IMPERIAL BIZANTINA DE JESUS CRISTO

As transformações iniciadas durante o governo de Constantino alcançaram sua expressão mais elaborada no reinado de Justiniano I (527–565). Foi nesse período que a estreita relação entre o poder político e a religião cristã consolidou uma nova concepção de autoridade imperial, na qual o imperador era compreendido não apenas como chefe do Estado, mas também como defensor da ortodoxia cristã e representante da vontade divina na Terra. Essa concepção exerceu profunda influência sobre a cultura bizantina, refletindo-se diretamente na produção artística e na elaboração das imagens de Cristo.

Segundo Stephanie Sousa (2020, p. 193-194), a simbologia do poder no Império Bizantino estava estruturada sobre a crença de que o imperador havia sido escolhido por Deus para governar. A autora afirma que "o sistema estatal bizantino foi estruturado em torno da crença de que o imperador

era o representante escolhido por Deus na Terra", sendo sua autoridade cercada por uma aura de santidade construída por meio de cerimônias e rituais que reforçavam sua posição como mediador entre o mundo terreno e o celestial (SOUSA, 2020, p. 193-194). Dessa maneira, a autoridade política adquiria também um significado religioso, fortalecendo a legitimidade do poder imperial.

A construção dessa imagem sagrada do imperador não representou uma ruptura completa com a tradição romana. Ao contrário, diversos símbolos utilizados durante o Alto Império continuaram presentes na iconografia bizantina, agora reinterpretados à luz do cristianismo. Conforme observa Stephanie Sousa (2020, p. 194), as moedas, os mosaicos e outros suportes imagéticos preservaram elementos da tradição imperial romana, incorporando simultaneamente símbolos cristãos que apresentavam o soberano como defensor da ortodoxia e instrumento da vontade divina. Essa continuidade demonstra que a cristianização do Império não eliminou seu passado romano, mas o ressignificou em favor da nova religião.

Essa associação entre autoridade política e autoridade religiosa alcançou tal intensidade que o imperador passou a ser reconhecido como isapóstolos[5]. Conforme explica Hilário Franco Júnior (1997, p. 53), somente o imperador possuía autorização para ultrapassar a iconóstase durante a liturgia e participar, ao lado do clero, do espaço reservado à consagração do pão e do vinho. Nas palavras do autor: "O imperador era considerado isapóstolos, ou seja, príncipe igual aos apóstolos. [...] Resumindo, o imperador bizantino era absoluto e infalível, tanto no domínio espiritual como no domínio temporal." (FRANCO JÚNIOR, 1997, p. 53).

Essa compreensão evidencia que, na mentalidade bizantina, o exercício do poder ultrapassava a esfera administrativa. O imperador era concebido como elo entre Deus e os homens, responsável pela preservação da verdadeira fé e pela unidade do Império. Nesse contexto, a arte tornou-se um importante instrumento de afirmação dessa ideologia, produzindo imagens capazes de comunicar visualmente a sacralidade do poder e a autoridade divina.

A estreita relação entre o poder imperial e a religião cristã também transformou profundamente a maneira como a fé passou a ser expressa visualmente. Se, nos primeiros séculos do cristianismo, as imagens eram utilizadas de forma discreta e, por vezes, vistas com certa desconfiança em razão da tradição judaica, a consolidação do Império Bizantino favoreceu o desenvolvimento de uma linguagem iconográfica cada vez mais sofisticada. Nesse contexto, os ícones deixaram de possuir apenas uma função decorativa para assumir um papel central na experiência religiosa, tornando-se instrumentos de ensino, devoção e afirmação da ortodoxia cristã.

---

[5] Igual aos apóstolos.

A utilização de imagens religiosas, entretanto, não surgiu de maneira espontânea. Conforme observa Carlos Humberto Pimentel Duarte da Fonseca (2020, p. 20), a tradição greco-romana já atribuía grande importância à representação visual das divindades muito antes da expansão do cristianismo. Segundo o autor:

> Na Antiguidade Clássica, o culto das imagens tinha lugar tanto nos templos (grandes estátuas), como no lar (pequenas imagens). Com o passar do tempo, essas estátuas foram sendo gradualmente complementadas ou substituídas por figuras pintadas, também relevantes na arte funerária helenística, principalmente na margem sul do Mar Mediterrâneo. (FONSECA, 2020, p. 20).

Ao incorporar-se ao universo cultural do Império Romano, o cristianismo passou gradativamente a dialogar com essa tradição imagética. Embora suas raízes judaicas tenham inicialmente imposto certa resistência ao uso de representações religiosas, a expansão da nova fé entre populações fortemente influenciadas pela cultura greco-romana favoreceu uma mudança de perspectiva. Como afirma Fonseca (2020, p. 158):

> O cristianismo, obviamente influenciado pelas suas raízes judaicas, parece ter inicialmente rejeitado ou tido sérias reservas em relação às imagens religiosas. Entretanto, a partir dos séculos II e III, a representação de personagens sagrados e/ou em contexto religioso cristão ficou estabelecida, em alguma medida por influência da cultura greco-romana dominante.

Essa aproximação não significou uma simples reprodução da arte clássica, mas uma adaptação de suas formas e símbolos aos princípios da fé cristã. João Balduino de Brito Neto (2022, p. 30-34) demonstra que os primeiros artistas cristãos recorreram a modelos já conhecidos pelo público do mundo greco-romano para representar Cristo e seus apóstolos.

Assim, a imagem do Bom Pastor apresentava semelhanças com representações de Orfeu, Hermes e Apolo, enquanto, a partir do século IV, Jesus passou a ser retratado como um jovem de traços idealizados ou com a aparência de um filósofo greco-romano. Em outras representações, suas vestimentas aproximavam-se daquelas utilizadas pelos próprios imperadores, evidenciando que a iconografia cristã buscava transmitir visualmente atributos como sabedoria, autoridade e majestade.

Essa transformação evidencia que a imagem de Cristo nunca foi construída de forma isolada do contexto histórico em que foi produzida. Ao contrário, ela dialogava constantemente com os valores culturais de cada sociedade. Nesse sentido, a arte bizantina não pretendia reconstruir a aparência física do Jesus histórico, mas comunicar sua natureza divina por meio de uma linguagem visual compreensível aos fiéis do Império. As características consideradas dignas de um soberano postura solene, olhar penetrante, vestes nobres e gestos de autoridade passaram progressivamente a integrar também a representação de Cristo.

Esse processo alcançou seu ponto culminante durante o governo de Justiniano I. Em um Império que compreendia o imperador como representante da vontade divina, tornou-se necessário que a própria imagem de Cristo refletisse a autoridade suprema atribuída ao Rei dos Céus. Foi nesse contexto que se consolidou a representação do Cristo Pantocrator, cuja iconografia sintetizava a tradição artística greco-romana, a teologia cristã e a ideologia política bizantina. Nela, cada elemento, o olhar, as vestes, o gesto da bênção e o livro dos Evangelhos, possuía um significado cuidadosamente elaborado para comunicar visualmente o poder universal de Cristo.

3. O CRISTO PANTOCRATOR NO GOVERNO DE JUSTINIANO I DURANTE O SÉCULO VI

A consolidação da arte bizantina durante o governo de Justiniano I encontrou na representação do Cristo Pantocrator sua mais alta expressão estética e teológica. Mais do que uma simples representação religiosa, essa imagem sintetizava a relação entre poder político, tradição clássica e doutrina cristã construída ao longo dos séculos anteriores.

O Cristo Pantocrator não pretendia reproduzir os traços físicos do Jesus histórico da Palestina do século I, mas apresentar visualmente aquele que governava todas as coisas. O próprio termo Pantocrator, derivado do grego Pantocrator, significa "Todo-Poderoso" ou "Aquele que governa o universo", revelando a intenção de representar Cristo como soberano absoluto da criação.

Entre as representações mais conhecidas encontra-se o ícone preservado no Mosteiro de Santa Catarina, no Monte Sinai, datado do século VI. Considerado um dos mais antigos ícones de Cristo preservados, ele tornou-se o modelo iconográfico que influenciaria praticamente toda a tradição bizantina posterior. Conforme observa Armindo Trevisan (2002), essa imagem estabeleceu o padrão visual da chamada "Sagrada Face", servindo de referência para inúmeras representações produzidas ao longo da Idade Média.

A figura apresenta um homem adulto, de cabelos longos repartidos ao meio e barba cheia, vestindo túnica e manto de cores escuras. Com a mão direita realiza o gesto da bênção, enquanto a esquerda sustenta o Livro dos Evangelhos. Seus olhos grandes dirigem-se diretamente ao observador, produzindo uma sensação de vigilância permanente e transcendência. Longe de constituírem escolhas meramente artísticas, cada um desses elementos possuía profundo significado teológico e político.

O gesto da mão direita sintetiza visualmente importantes princípios da doutrina cristã. Tradicionalmente, os três dedos unidos simbolizam a Santíssima Trindade, enquanto os dois dedos restantes representam as naturezas humana e divina de Cristo, reafirmando a definição cristológica

consolidada pelos concílios ecumênicos dos séculos IV e V. Já o Livro dos Evangelhos, sustentado pela mão esquerda, simboliza a Palavra de Deus e a autoridade daquele que não apenas anuncia a verdade, mas também julga a humanidade segundo ela.

Entretanto, um dos aspectos mais marcantes dessa representação encontra-se na assimetria proposital do rosto. Uma observação cuidadosa revela que os dois lados da face não são idênticos. Essa característica tem sido interpretada pelos estudiosos como uma solução artística destinada a expressar simultaneamente diferentes atributos de Cristo. Um lado apresenta feições mais suaves e serenas, relacionadas à misericórdia e à salvação; o outro possui expressão mais rígida e severa, remetendo ao Cristo juiz, responsável pelo julgamento final. Essa dualidade visual traduz, em linguagem artística, a união entre justiça e misericórdia, humanidade e divindade, reafirmando os princípios teológicos defendidos pela Igreja Bizantina.

Essa construção iconográfica também respondia às disputas doutrinárias do período. Após séculos de debates acerca da natureza de Cristo, especialmente diante das controvérsias arianas e monofisitas, tornou-se necessário afirmar visualmente aquilo que os concílios haviam definido teologicamente: Cristo era plenamente homem e plenamente Deus. Assim, a imagem deixava de ser apenas um objeto de devoção para tornar-se igualmente uma profissão de fé.

Todavia, a força simbólica do Cristo Pantocrator não pode ser compreendida apenas pela teologia. Ela também reflete o universo político do Império Bizantino. Hilário Franco Júnior observa que "pelas suas dimensões colossais e pela severidade quase austera de sua expressão, o Pantocrator recorda os bustos dos imperadores traduzidos em pintura" e acrescenta que "as feições de Cristo [...] acusam certa semelhança com o Zeus de Otricoli. Um poder ilimitado e uma onipresença soberana caracterizam essa figura, verdadeira projeção da autocracia bizantina na esfera do divino" (FRANCO JÚNIOR, 1997, p. 54).

A comparação proposta por Franco Júnior evidencia que a iconografia bizantina dialogava diretamente com modelos já consagrados pela cultura clássica. O rosto de Cristo incorpora características tradicionalmente atribuídas a Zeus, símbolo máximo da autoridade divina no mundo greco-romano, ao mesmo tempo em que reproduz a solenidade presente nos retratos oficiais dos imperadores bizantinos. Não se tratava de confundir Cristo com essas figuras, mas de utilizar uma linguagem visual que a população já reconhecia como expressão de majestade, sabedoria e poder.

Essa aproximação torna-se ainda mais evidente quando analisada em conjunto com a posição ocupada pelo próprio imperador dentro da sociedade bizantina. Conforme afirma Hilário Franco Júnior

(1997, p. 53), o soberano era considerado isapóstolos, isto é, "igual aos apóstolos", exercendo autoridade tanto no domínio temporal quanto no espiritual.

Da mesma forma, Stephanie Sousa (2020, p. 193-194) demonstra que a imagem imperial era construída para apresentar o governante como escolhido por Deus e elo entre o céu e a terra. Nesse contexto, não surpreende que Cristo também fosse representado segundo códigos visuais semelhantes aos utilizados para representar o imperador, pois ambos expressavam, em níveis distintos, a ideia de autoridade universal.

Desse modo, o Cristo Pantocrator representa o ponto culminante de um longo processo de transformação iconográfica iniciado ainda nos primeiros séculos do cristianismo. O Jesus histórico, judeu da Galileia, cujos Evangelhos não descrevem características físicas específicas, cede lugar a uma representação construída para atender às necessidades espirituais, culturais e políticas da sociedade bizantina. A imagem deixa de buscar a fidelidade histórica para comunicar uma verdade teológica: Cristo é o soberano do universo. Ao mesmo tempo, revela como cada sociedade tende a representar o sagrado a partir dos modelos de autoridade, beleza e dignidade que considera ideais. Nesse sentido, o Cristo Pantocrator constitui não apenas uma obra de arte religiosa, mas um documento histórico que evidencia a profunda interação entre cultura, poder e religião na formação da iconografia cristã.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo compreender o processo de transformação da imagem de Jesus desde sua condição histórica de judeu palestino do século I até a consolidação do Cristo Pantocrator durante o Império Bizantino. Ao longo da investigação, procurou-se demonstrar que essa transformação não ocorreu de forma espontânea, nem decorreu de informações preservadas pelas primeiras comunidades cristãs acerca da aparência física de Jesus, mas resultou de um longo processo histórico marcado pelas transformações políticas, culturais e religiosas experimentadas pelo cristianismo entre os séculos IV e VI.

A análise das fontes bíblicas evidenciou que os Evangelhos não registram uma descrição física de Jesus. Pelo contrário, passagens como Mateus 26:48-49 e Isaías 53:2 permitem compreender que sua aparência não possuía elementos extraordinários que o distinguissem dos demais judeus da Palestina. A ausência de descrições detalhadas abriu espaço para que diferentes sociedades elaborassem representações de Cristo de acordo com seus próprios referenciais culturais, fenômeno que se intensificou à medida que o cristianismo deixou de ser uma religião perseguida para tornar-se elemento estruturador do poder imperial.

Nesse contexto, verificou-se que a fundação de Constantinopla e a reorganização do Império Romano do Oriente constituíram acontecimentos decisivos para a história da iconografia cristã. A estreita relação estabelecida entre Igreja e Estado, especialmente durante os governos de Constantino e Justiniano, favoreceu a construção de uma linguagem artística destinada a expressar visualmente a autoridade divina de Cristo e, simultaneamente, legitimar a própria ordem imperial. A imagem religiosa passou, assim, a dialogar diretamente com a estética do poder.

Foi justamente nesse ambiente que se consolidou o Cristo Pantocrator. A análise iconográfica demonstrou que elementos como a frontalidade da figura, o olhar penetrante, a monumentalidade da composição, o gesto da bênção, o Livro dos Evangelhos e a própria assimetria do rosto constituem escolhas conscientes, destinadas a comunicar atributos como soberania, eternidade, justiça e misericórdia. Da mesma forma, a aproximação entre a imagem de Cristo, os retratos oficiais dos imperadores e modelos clássicos, como Zeus de Otricoli, evidencia a incorporação de uma linguagem visual já reconhecida pelo mundo greco-romano como expressão de autoridade absoluta.

Entretanto, um dos principais resultados desta pesquisa consiste em demonstrar que essa representação não deve ser compreendida como uma tentativa de reconstrução da aparência histórica de Jesus. O Cristo Pantocrator não representa o judeu galileu do século I, mas o ideal de divindade concebido pela sociedade bizantina. Sua imagem expressa menos as características físicas do Jesus histórico do que os valores culturais, políticos e religiosos do Império Romano do Oriente. Em outras palavras, a iconografia cristã revela tanto a história de Cristo quanto a história das sociedades que o representaram.

É justamente nesse aspecto que este trabalho procura oferecer sua principal contribuição. Enquanto parte significativa da historiografia do Jesus Histórico concentrou-se na investigação das fontes textuais e dos discursos produzidos em torno da figura de Jesus, esta pesquisa buscou evidenciar que a iconografia também constitui um campo legítimo de investigação histórica. As imagens não devem ser compreendidas apenas como ilustrações da fé cristã, mas como documentos produzidos em contextos específicos, capazes de registrar concepções de poder, modelos de autoridade, padrões estéticos e sensibilidades religiosas de cada época.

Essa perspectiva amplia o diálogo entre os estudos do Jesus Histórico e a História da Arte. Se pesquisas como a de André Leonardo Chevitarese e Daniel Brasil Justi demonstram como determinados discursos foram capazes de reconstruir ideologicamente a figura de Jesus — como ocorre no caso do chamado "Jesus Ariano" —, a presente investigação evidencia que processos semelhantes também podem ser observados no campo das representações visuais. A transformação estética da

imagem de Cristo acompanha, igualmente, as mudanças históricas das sociedades que a produziram. Assim, cada alteração iconográfica constitui um testemunho das formas pelas quais diferentes culturas compreenderam, apropriaram-se e ressignificaram a figura de Jesus.

Desse modo, compreender a formação dessa imagem significa também compreender os mecanismos pelos quais cada sociedade reinterpretou Cristo segundo seus próprios ideais de beleza, autoridade, santidade e poder. Essa constatação permite entender por que hoje é possível encontrar representações de Jesus com traços africanos, asiáticos, indígenas, europeus ou latino-americanos.

Por fim, conclui-se que o estudo da iconografia cristã amplia significativamente as possibilidades de investigação no campo do Jesus Histórico. Ao tratar as imagens como documentos históricos, torna-se possível compreender não apenas como Jesus foi representado ao longo dos séculos, mas também porque essas representações mudaram e o que elas revelam sobre as sociedades que as produziram. Nesse sentido, mais do que revelar o rosto do Jesus da Galileia, o Cristo Pantocrator revela o rosto da própria civilização bizantina. E, da mesma forma, cada nova representação de Cristo continua revelando, antes de tudo, a história, os valores e a identidade cultural daqueles que decidiram retratá-lo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM JÚNIOR, Elias Feitosa. **Ensaios historiográficos: reflexões sobre o tipo iconográfico do Christós Pantocrator**. Goiânia: Tempestiva, 2023.

ANDREWS, William. **Institutas de Justiniano**. São Paulo: Edipro, 2010.

ASLAN, Reza. **Zelota: a vida e a época de Jesus de Nazaré.** São Paulo: Planeta, 2013.

BOCK, Darrell L.; et al. **O Jesus Histórico: critérios e contextos no estudo das origens cristãs**. São Paulo: Thomas Nelson Brasil, 2021.

CHEVITARESE, André Leonardo. **Jesus Ariano: o imaginário e as concepções historiográficas do Jesus histórico na Alemanha nazista**. São Paulo: Paulus, 2005.

CROSSAN, John Dominic. **Jesus: Uma Biografia Histórica**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CROSSAN, John Dominic. **O Jesus histórico: a vida de um camponês judeu do Mediterrâneo**. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

EUSÉBIO DE CESAREIA. **Vida de Constantino**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

LISBOA, Walter Eduardo. **A pesquisa do Jesus histórico**. Revista de Cultura Teológica, São Paulo, v. 34, p. 51–80, 2001. Disponível em: . Acesso em: 16 ago. 2025.

MEIER, John P. **Um judeu marginal: repensando o Jesus histórico**. Tradução de Laura Rumchinsky. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

TAYLOR, Joan E. **Como era Jesus?** Tradução de Ana Luiza Dantas Borges. São Paulo: Paulus, 2021.